



LEI N° 8.374

Autoriza o Poder Executivo a repassar recurso financeiro para atender e aperfeiçoar as ações a serem desenvolvidas com pessoas e familiares vivendo com HIV/AIDS em CASAS DE APOIO.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recurso financeiro no valor total de R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais), sendo que o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) são provenientes da Portaria n° 1.424, de 06 de julho de 2012 (fonte de recurso 004), na qual é para financiar as casas de apoio para pessoas vivendo com HIV/AIDS a ser alocado no Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde (PVVPS), e o restante de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) são recursos próprios do tesouro municipal (fonte de recurso 001), sendo que ambos são a título de subvenção social e auxílio financeiro, a ser inteiramente aplicado em conformidade com o plano de trabalho a ser pactuado com o Município de Vitória, por intermédio da Secretaria de Saúde, que tem o período de 12 meses, podendo ser prorrogada a execução.

Art. 2°. O recurso especificado no artigo anterior destinar-se-á para atender e aperfeiçoar as ações a serem desenvolvidas com pessoas e familiares vivendo com HIV/AIDS em CASAS DE APOIO que, apesar dos avanços nas áreas de assistência e prevenção, tem sido reduzida drasticamente a trasmissão vertical, pois percebemos que ainda convivemos com crianças e adolescentes (muitas delas órfãs ou abandonadas) com HIV/AIDS, e que necessitam de

abrigo/atenção psicossocial, como também demandam de intervenções que possibilitem a sua reinserção no âmbito familiar e melhor integração na comunidade em que vivem.

Art. 3°. Os recursos serão liberados em 03 (três) parcelas, sendo condicionados aos repasses efetivados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Município de Vitória, no que se refere a fonte de recurso 004, conforme especificado no Art. 1°, em que serão repassados da seguinte forma:

Quantidades das Parcelas	Meses dos repasses	Valor
1 ^a	outubro/2012 (fonte de recurso 001) (fonte de recurso 004)	58.000,00 18.000,00 40.000,00
2 ^a	novembro/2012 (fonte de recurso 001) (fonte de recurso 004)	58.000,00 18.000,00 40.000,00
3 ª	dezembro/2012 (fonte de recurso 001) (fonte de recurso 004)	58.000,00 18.000,00 40.000,00
Total das parcelas:		174.000,00

Art. 4°. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do orçamento da Secretaria de Saúde, no exercício 2012.

Art. 5°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, no presente exercício, a fim de atender as despesas decorrentes da presente Lei.

§ 1°. O crédito adicional suplementar será aberto na ação orçamentária "15.01.10.305.0045.2.0326 - Vigilância Epidemiológica", elementos de despesas 3.3.5.43.00 - Subvenção Social, no valor de R\$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais) e 4.4.50.42.00 - Auxílio, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

\$ 2°. Os recursos necessários para abertura do crédito adicional suplementar serão provenientes da anulação da ação orçamentária "15.01.10.302.0007.2.0321 — Atenção Especializada", elemento de despesa 3.3.90.39.00, no valor de R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais).

Art. 6°. Os créditos abertos em decorrência da autorização contida nesta Lei não serão computados no limite estabelecido no Art. 7° da Lei n° 8.202, de 24 de dezembro de 2011.

Art. 7°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 21 de novembro

de 2012.

João Carlos Coser Prefeito Municipal